

DO CONHECIMENTO AO PROCESSO DE GERAÇÃO DE TRABALHO EM RENDA POR MEIO DA VALORIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA

Thauana Paiva de Souza Gomes ¹

RESUMO

O presente trabalho é fruto do projeto “Inventariando ervas medicinais em assentamento: relações entre usos tradicionais e legais de interesse do SUS- Sistema Único de Saúde” financiado pelo Programa de Produtividade e Pesquisa pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto e parcerias de pesquisadores do NUPEDOR- Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural/UNIARA e o projeto financiado pela FAPESP- “Pesquisa e validação tecnológica fundamentada na Agroecologia”. A pesquisa se desenvolve na região de Araraquara/SP no assentamento Monte Alegre. A pesquisa buscou a partir de inventários de lotes de mulheres agricultoras de plantas medicinais fomentar grupo associativo por meio de uma rede de assentadas e pesquisadoras que através de cursos não formais e reuniões de trabalho tem desenvolvido formas de comercialização, produção e resistência. A metodologia utilizada foi visitas técnicas, reuniões focais para levantamento das demandas e observação de campo. A observação dos lotes das mulheres da rede e as práticas podem servir para compreensão de como a produção das plantas medicinais e a busca pela comercialização delas podem estar associadas não apenas à saúde, mas às práticas de cultivo criação de maneiras mais sustentáveis que ampliam um universo de possibilidades naturais para combater pragas, aumentar a produtividade, difundir conhecimentos e conservar o patrimônio genético biológico. Os resultados desse projeto geraram a formação da rede de mulheres, cursos não formais e reuniões focais com levantamento de demandas e propostas de ação para geração de renda e comercialização das plantas medicinais e outros produtos em feiras e cestas.

Palavras-chave: Mulheres, Conhecimento, Agroecologia, associação, plantas medicinais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de estudos e parcerias desenvolvidas entre a autora do projeto “Inventariando ervas medicinais em assentamento: relações entre usos tradicionais e legais de interesse do SUS- Sistema Único de Saúde” financiado pelo Programa de Produtividade e Pesquisa pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão

¹ Graduada em Ciências Sociais e Pedagogia pela UNESP, Mestre e doutora em Educação Escolar pela UNESP, Especialista em Educação do Campo e Agroecologia pela UNICAMP, pesquisadora NUPEDOR/UNIARA, coordenadora dos cursos EAD de Sociologia e Teologia da Estácio de Ribeirão Preto. Email: thauanap@gmail.com

Preto e parcerias de pesquisadores do NUPEDOR- Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural/UNIARA e o projeto financiado pela FAPESP- “Pesquisa e validação tecnológica fundamentada na Agroecologia”. A pesquisa se desenvolve na região de Araraquara/SP no assentamento Monte Alegre. Os resultados da pesquisa deram origem a continuidade de um novo financiamento a ser desenvolvido nos assentamentos de Araraquara. A pesquisa se desenvolve no assentamento Monte Alegre e tem como intuito a partir dos inventários produtivos de plantas medicinais e seus usos, fomentar rede de apoio às mulheres produtoras, para geração de trabalho, renda e comercialização de suas plantas e produtos.

Os assentamentos da região de Araraquara - região central do Estado de São Paulo- são produto de diferentes lutas sociais e políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 30 anos, contando com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/Itesp - Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade e, um do Incri- Bela Vista do Chibarro (FERRANTE et al, 2002).

A região se caracteriza pelo alto desenvolvimento e dinamismo do agronegócio, com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. A região cobre uma vasta extensão territorial podendo ser subdividida em microrregiões para melhor compreensão do perfil econômico e potencialidades locais. No município de Araraquara a paisagem agrícola é tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, fundamentalmente pela cana-de-açúcar e a laranja. A significativa presença de culturas típicas ligadas ao agronegócio caracteriza a estrutura fundiária da região da alta Mogiana como concentrada, o que se confronta o universo das pequenas propriedades (FERRANTE et al, 2012 e GOMES et al, 2013).

É importante destacar que, dentro deste recorte das pequenas propriedades encontram-se os produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos, com destaque para o segundo grupo que tem um papel importantíssimo nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município. A produção agrícola de alimentos, que abastece a maior parte de Araraquara, provém, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional. Esta importância de propriedades rurais de reforma agrária é fruto da luta pela Reforma Agrária nesta região, estabelecida a partir do contraponto com o agronegócio, e protagonizada pelos trabalhadores rurais, que ora se vincularam ao

movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora aos movimentos sociais (GOMES et al, 2013).

Em 1988, as terras da antiga fazenda foram loteadas em 176 lotes que possuem hoje, um total de 203 famílias em uma área de 3.427 hectares, segundo o INCRA. Algumas permanecem desde a constituição do assentamento, outras foram se integrando e fazendo parte deste núcleo ao longo de seus 26 anos de existência. São famílias errantes de várias partes do país que encontram na Reforma Agrária a construção de uma nova composição do modo de vida (FERRANTE, 2012; GOMES, 2011).

O assentamento Monte Alegre possui 6 núcleos e junto com eles há o Assentamento do Horto de Bueno de Andrade com 31 lotes. O processo de luta deste assentamento, diferentemente do Bela Vista, foi decorrência de desapropriação de terras estatais públicas.

A Fazenda Monte Alegre possui em torno de 385 lotes (área) e, deste montante de famílias acampadas originalmente, algumas deixaram os lotes, outras instalaram-se nas agrovilas com a esperança de serem assentadas. Igualmente, destaca-se que o número de famílias aumentou por agregação de outros parentes às famílias já assentadas, como filhos, tios, cunhados dentre outros.

Essa breve descrição da constituição dos assentamentos pesquisados nos sugere, tomando por análise a história e a trajetória destas pessoas, que o desenraizamento de suas origens e a constante busca pela terra, tem relações com um “esquecimento temporário” das práticas tradicionais, ou em termos do patrimônio imaterial intangível, das técnicas, das formas, dos usos e costumes típicos adquiridos no cotidiano da vida agrícola. Este esquecimento temporário pela falta de uso destes saberes, toma força e reavivamento no momento em que este grupo errante chega à terra de morada, no qual se resgata o fôlego de toda memória fragmentada pelos anos de luta em busca da terra tão prometido.

É então no contexto dos assentamentos, que estes saberes são resgatados e recriados a partir da prática e reprodução do dia-a-dia, tendo o núcleo familiar como lugar de privilégio para o resgate e renovação deste conhecimento. Ambiente natural de socialização e troca de conhecimentos formais e não formais, tendo um papel significativo nas possibilidades de permanência destes saberes (GOMES, 2011).

Neste sentido, os assentamentos passam a ser compreendidos como locais em que os modos de vida são (re) elaborações de práticas dos trabalhadores nos espaços de

sociabilidade. As estratégias de produção/ reprodução social das famílias e as mediações políticas constituídas tornam-se busca constante por permanecer na terra.

Ferrante (2010) salienta que para os assentados, o espaço do assentamento é um lugar de dificuldades, mas que ao mesmo tempo é repleto de esperanças, e neste mesmo espaço são construídas e reconstruídas as histórias individuais e a sociabilidade local. Completa dizendo que é lugar da troca de experiências, práticas e transformação dos modos de vida, que promovem a ressocialização dos trabalhadores para alternativas jamais previstas e que a criatividade demonstrada pelo grupo de homens e mulheres que “se fazem”, enquanto constroem os assentamentos, dão vida e movimento às especificidades e situações particulares típicas da Reforma Agrária (GOMES, 2011).

Esta área que representa um ponto de chegada dos assentados, vai aos poucos se transformando em lugar, na medida em que os assentados resgatam as práticas tradicionais, ou aprendem novas formas de viver e fazer no campo. Um dos elementos mais importantes que balizam esse estudo é a contribuição ambiental e a relação mais íntima com a natureza. A opção de muitos pelo cultivo de uma única cultura, ou uso de agrotóxicos passa por uma questão econômica, na perspectiva de sobrevivência e situação subalterna. Isso significa dizer que estar na terra pela condição de assentado significa constantemente trabalhar muito para receber pouco, devido às inúmeras barreiras encontradas no longo processo da cadeia produtiva.

Mas ainda assim, em contextos contraditórios, agricultores e agricultoras mantêm práticas sustentáveis, conservacionistas e de biodiversidade, quando comparadas aos monocultivos de grandes commodities agrícolas do país. É a partir desta perspectiva que este trabalho procurou resgatar as relações entre a agroecologia e as práticas dos assentados, no processo de re-educação para uma postura mais sustentável e agroecológica.

A Região Administrativa Central de São Paulo (RAC) é composta por 26 municípios, nos quais se concentram cerca de um milhão de habitantes. São eles: São Carlos, Araraquara, Matão, Taquaritinga, Ibitinga, Porto Ferreira, Itápolis, Américo Brasiliense, Descalvado, Ibaté, Santa Rita do Passa Quatro, Tabatinga, Borborema, Boa Esperança do Sul, Ribeirão Bonito, Rincão, Nova Europa, Dourado, Santa Lúcia, Dobrada, Santa Ernestina, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Motuca, Cândido Rodrigues e Trabiçu.

Os mais populosos são São Carlos, com 221.936, Araraquara com 208.725 habitantes, seguidos de Matão, com 81.439 habitantes, sendo os dois primeiros considerados sedes da região. A região possui um Produto Interno Bruto (PIB) de 12,5 bilhões e uma renda per capita de 13.553,78 dólares, quase 43 mil reais por pessoa/ano. A região também possui um bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com destaque para o município de Araraquara, o 7º no ranking estadual (0,815), e de São Carlos, ocupando o 14º no ranking (0,805) (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP, 2017).

A agroecologia se constitui em um novo paradigma para a agricultura e os modos de vida estabelecidos, buscando contribuir na construção de modos de produção agrícola e extrativista sustentáveis, em suas dimensões ecológico-produtiva, sociocultural, econômico-financeira e energética (NUPEDOR, 2018, ON-LINE).

Procura responder a demandas e anseios da sociedade por uma agricultura e modos de vida sustentáveis, inserindo dentre seus objetivos centrais, o uso sustentável dos recursos naturais do planeta, no tempo e no espaço, e a equidade na apropriação da riqueza gerada a partir da produção agrícola. Trata-se de área da ciência que se situa na interface da Ecologia e da Agronomia clássica, pautada pela busca do desenvolvimento rural sustentável (COSTA, 2017).

Releva a observância e o respeito aos conhecimentos e acúmulos da ecologia na orientação da produção agrícola, adotando uma abordagem que busca integrar os “princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas, e à sociedade como um todo” (ALTIERI, 2012, p.23).

O ponto de partida são os agroecossistemas, e a análise de suas características e esquemas de funcionamento, em todas suas dimensões, o que permite ultrapassar a visão unidimensional e fragmentada da ciência agrícola convencional. A preocupação desta ciência não se restringe apenas a problemas como pragas e doenças, ou à recuperação e proteção do solo, pois busca a eficiência e a resiliência do agrossistema como um todo. Por exemplo, se a causa dos problemas do sistema (doença, pragas, degradação do solo) for entendida como um desequilíbrio, a solução para resolver o mesmo é uma orientação que se pauta por um conjunto de princípios de preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas, justamente para produzir auto regulação e sustentabilidade (ALTIERI, 2012).

A agroecologia lança mão do enfoque sistêmico no entendimento do funcionamento e na orientação das unidades produtivas, o que tem implicações com a pesquisa e a extensão rural. Além de relevar os conhecimentos acumulados pelas populações locais na orientação, organização e gestão dos sistemas produtivos, pressupõe também a adequação da agricultura a cada realidade ecológica, no tocante à estrutura dos sistemas produtivos, à seleção das distintas atividades produtivas vegetais e animais, à definição das espécies, raças, cultivares e variedades a explorar, e sua adequação e compatibilidade à realidade ecológica local (ALTIERI; NICHOLLS, 1989; COSTA, 2004).

A Racionalidade econômica instaurada na Modernidade capitalista expressa um modo de produção fundamentado no consumo destrutivo da natureza e das próprias condições da vida no planeta (LEFF, 2009), fato resultante do processo de espoliação, exploração e apropriação dos recursos naturais dos países colonizados tropicais. Por consequência imediata, temos a destruição da base dos recursos naturais e culturais destes países pobres. Os efeitos, ainda mais duradouros, decorrente deste processo ocasionam a destruição do potencial produtivo dos países subdesenvolvidos devido à introdução de padrões tecnológicos inapropriados; também pela introdução de ritmos de extração e pela difusão de modelos sociais de consumo que geram um processo de degradação de seus ecossistemas, de erosão de seus solos, de esgotamento de seus recursos e de extermínio de suas culturas (LEFF, 2009, p.28).

Desta maneira, o desenvolvimento rural destes países passa a se caracterizar por marcadas diferenças na organização produtiva, em que há um amplo desaparecimento do setor de subsistência, provocando a subutilização do potencial dos recursos naturais e culturais, ao lado de uma crescente e moderna racionalidade empresarial agrícola, tendo como resultado ainda mais crítico a diminuição da diversidade biótica dos ecossistemas, a partir da uniformização dos cultivos, e, por consequência, das variedades genéticas e degradação progressiva da produtividade dos solos (LEFF, 2009).

Esse é um processo que se reafirma nos quadros de formação de profissionais para atuação no meio rural, especialmente nos países pobres explorados, nos quais a orientação técnica, utilizada por grande parte dos profissionais graduados nas universidades, refere-se à linha de pensamento da Revolução Verde e do agrobusiness, com o uso intensivo de agroquímicos, mecanização intensiva, utilização de sementes híbridas e transgênicas. Tudo isso resultou nos elevados custos de produção e dependência financeira dos

produtores aos financiamentos bancários, inviabilizando, portanto, em muitos casos, ou melhor, em sua maioria, agricultores familiares e seus sistemas de produção (FERRANTE et al, 2014).

Assim, a forma de crescimento econômico adotada pelos países subdesenvolvidos surge das necessidades de expansão do sistema capitalista (especialmente imposta pelos países desenvolvidos), o que favoreceu a introdução de padrões tecnológicos e maneiras de usos e ritmos de exploração dos recursos que provocam o aniquilamento e/ou bloqueio do “florescimento de outras formas de organização social capazes de gerar um processo sustentável de produção e um maior bem-estar para estes povos” (LEFF, 2009, p.53). Esta agricultura convencional orientada pela Revolução Verde, fundamentalmente consumista, segundo a FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura -, para aumentar a produção de culturas agrícolas, não considera as consequências posteriores sobre o ambiente. Isso se aplica ao cultivo intensivo, à prática da monocultura, ao controle químico de pragas e ervas daninhas, ao uso intensivo de água de poços profundos para a agricultura e à manipulação genética, entre outras práticas da agricultura moderna (GOMES, 2016).

Frente a esta situação, pensar um novo paradigma mais sustentável depende especialmente de uma mudança estrutural e atitudinal, que envolva um pensamento cultural, econômico e social aliado ao meio ambiente de maneira mais harmônica. Segundo Leff (2009, p.54):

a satisfação das necessidades básicas da população está associada a padrões de aproveitamento dos recursos, seus processos de produção e formas de consumo. Isto, por sua vez, depende de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e duradouro, capaz de promover atividades produtivas que permitam um aproveitamento ecologicamente racional dos recursos naturais, reduzindo os custos ecológicos mediante a utilização de fontes renováveis de recursos energéticos, como a radiação solar, e potencializando processos naturais altamente eficientes de produção de recursos bióticos, como o fenômeno fotossintético. Estas funções naturais poderão ser incrementadas mediante o resgate de saberes tradicionais e a aplicação dos avanços da ciência e da tecnologia moderna.

Esta orientação dos sistemas produtivos no que se refere aos princípios agroecológicos é um confluente com a agricultura familiar, já que se prescinde do uso de agroquímicos, de variedades híbridas e transgênicas, substituídas por sementes crioulas,

produzindo um alimento de maior valor biológico e isento de agrotóxicos, saudável e apropriado às políticas públicas nacionais de segurança alimentar dos países subdesenvolvidos. Esse direcionamento concebe maior retorno econômico aos agricultores familiares pelo fato de, por um lado, não prever/evitar os custos com agroquímicos, e, por outro, por não levar à perda de Conhecimentos e saberes agroecológicas (GOMES, 2016).

Isso é facilmente compreendido quando entendemos o objetivo essencial da agroecologia, o qual procura satisfazer os requisitos nutricionais e outras necessidades humanas do presente e das futuras gerações, aumentando a produtividade e a capacidade, com base na regeneração de recursos naturais.

Tomando como base o pensamento de Altieri (1987), especialmente em seu livro *Agroecologia a dinâmica produtiva com a agricultura sustentável* base da compreensão o conceito de agroecologia, a agroecologia se apropria dos princípios da ecologia essenciais para o estudo e tratamento de ecossistemas, tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, que também se associam aos saberes culturalmente estabelecidos pelas comunidades locais, que sejam socialmente justos e economicamente viáveis.

A agroecologia oferece elementos metodológicos para compreender, de maneira mais aprofundada, os componentes da natureza dos agroecossistemas, seus princípios e como estes funcionam. Em outras palavras, a agroecologia é uma nova abordagem que busca integrar os “princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas, e à sociedade como um todo” (ALTIERI, 2000, p.23). Além disso, neste paradigma, o ponto de partida é os agroecossistemas, o que permite ultrapassar a visão unidimensional das ciências ocidentais e fragmentadas, para propor a inclusão das dimensões ecológicas, sociais e culturais.

A preocupação desta ciência multidimensional não se estabelece apenas na luta contra pragas, doenças, recuperação/proteção do solo, mas essencialmente em garantir a força e a resiliência do agroecossistema. Por exemplo, se a causa dos problemas do sistema (doença, pragas, degradação do solo) for entendida como desequilíbrio, a solução para resolvê-los é o tratamento natural. Este tratamento e recuperação, por sua vez, são orientados por um conjunto de princípios de preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas, justamente para produzir autorregulação e sustentabilidade (ALTIERI, 2000).

Por isso, a Agroecologia sustenta que, quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, as numerosas e complexas interações passam a estabelecer uma harmonia entre o solo, as plantas e os animais, resultando em efeitos benéficos. Na proposta agroecológica, priorizam-se métodos participativos e interativos na relação com as comunidades rurais, para se analisar as distintas realidades produtivas, identificando os problemas centrais que afetam o setor, buscando alternativas à sua superação, na perspectiva da consecução da sustentabilidade da atividade agrícola em suas distintas dimensões (GOMES, 2016).

Sob este aspecto, o processo de valorização do conhecimento das mulheres de povos indígenas, tradicionais e agrícolas é parte essencial para superação das práticas convencionais de cultivo, já que é a partir da relação com a comunidade que se resgatam práticas sustentáveis e preservacionistas, ou ainda, que se reeducam os produtores para uma visão mais holística e agroecológica da natureza.

Toledo e Barrera-Bassols (2015, p.19) defendem que os povos tradicionais, indígenas, originários ou populações agrícolas possuem o que eles chamam de “memória biocultural”, um acúmulo de memória histórica de conhecimentos da natureza que remonta há 200 mil anos, que representa lugares de morada ou “ecossistemas antropizados nos quais se localizam as áreas ambientalmente conservadas e razão pelas quais muitas delas têm sido destinadas à criação de unidades de conservação”.

Para entender a íntima relação entre as práticas agroecológicas e a percepção orgânica com a terra e a natureza das populações tradicionais e agrícolas - essencialmente das mulheres pelo cuidado da família -, é preciso que entendamos a memória histórica acumulada da biodiversidade e dos recursos naturais que estes grupos detêm. Em outras palavras, representam um patrimônio da humanidade e da vida que está se diluindo ou se perdendo, em alguns casos, por conta dos constrangimentos impostos pelo conhecimento cartesiano e produtivista (GOMES, 2016).

O partilhamento da memória, no presente, como visto anteriormente, permite trocas de conhecimentos muitas vezes desenvolvidos individualmente e que podem ser perdidos se não houver o processo de troca.

A memória também permite que os indivíduos se lembrem de eventos passados e ajuda a compreender o presente, fornece elementos para o planejamento do futuro e serve para reconstruir eventos similares, ocorridos anteriormente, e até mesmo os inesperados, surpreendentes ou mesmo improváveis (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Esta

memória, por sua vez, vai permitir revelar relações que a humanidade tem estabelecido com a natureza ao longo de sua existência.

Leff (2009), ao empreender um estudo da mediação da cultura e dos processos ecológicos, discute como toda formação social desenvolve-se com seu entorno natural, no qual se criam conjuntos de constructos simbólicos que conectam a memória, a cultura e o meio. Assim, podemos dizer que a transformação dos ecossistemas e racionalidade dos recursos naturais está sempre condicionada por práticas culturais de aproveitamento dos recursos que medeiam as relações entre processos históricos e ecológicos.

Neste processo de transformação dos ecossistemas, a íntima relação com o meio o transforma em lugar de vida e lugar de morada, carregado de símbolos, códigos e memória. O lugar deixa de ser espaço na medida em que os membros de um grupo passam a desenvolver relações de pertencimento e empoderamento com os elementos naturais (TUAN, 1980; MARTINS, 2009; GOMES, 2011).

Se buscarmos, no processo histórico, as relações de modernização, conquista, colonização e integração dos mercados locais aos mundiais, iremos nos deparar com a interrupção do projeto civilizador das culturas pré-capitalistas, camponesas ou tradicionais. No sentido de interrupção do processo de coevolução etnoecológica, dentro das mais variadas condições no seu entorno geográfico e ecológico, ou, em outras palavras, “a natureza como fonte de simbolização e significação da vida, suporte e potencial da riqueza material e espiritual dos povos” (LEFF, 2009, p.98), perde sentido à medida que ocorre o avanço das tecnologias no campo interrompendo assim esse ciclo natural e seimbiótico de povos tradicionais, indígenas, agrícolas e a natureza. Tal fato ocorre porque os elementos da natureza deixam de ser vistos como parte essencial da vida para transformar-se em matérias-primas desvalorizadas, que alimentarão a acumulação de capital em escala global (GOMES, 2016).

É importante destacar ainda, em alguns casos, a força com que os processos de utilização dos agroquímicos chega aos assentamentos, promovendo constrangimentos às formas tradicionais de usos da terra, o que, leva os assentados e assentadas a esquecerem da relação anterior com o meio, acreditando nos processos que a Revolução Verde traz como saber dominante, já que é responsável pela expansão de um pacote tecnológico composto por sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos, que viabilizam a modernização agropecuária, aumentando a produção por meio da padronização em bases industriais. Além disso, o discurso da produtividade e

lucratividade coloca em cheque a relação direta com a natureza das culturas tradicionais ou agrícolas (LEFF, 2009).

Em decorrência do avanço da agricultura industrial e dos mercados, restam aos produtores, agricultores locais, populações indígenas e tradicionais a degradação ecológica de seus ambientes, a desintegração social e o desenraizamento. A prática implantada pela Revolução Verde, nestas culturas tradicionais e agrícolas, leva à utilização de insumos do pacote da agricultura convencional e, por consequência, ao esquecimento, mesmo que temporário, já que, para a memória se fortalecer, é necessária a utilização constante dos saberes patrimoniais imateriais/ ambientais. Isso implica perda de práticas sustentáveis da vinculação com a cultura tradicional e da própria permanência dos grupos nos lugares de vida de maior pertencimento.

A mulher assentada, neste cenário, diante de suas práticas produtivas, seja no embolado dos quintais, seja nas hortas ou pomares biodiversos, resiste sob a justificativa de sua produção ou trabalho serem considerados não monetários e, portanto, sem preocupação com o grande capital. É nestes ambientes que encontramos materializados os saberes e práticas, conservando, assim, a diversidade de espécies, plantas, hábitos culturais e seus usos, que, ao serem ressignificados, são mantidos ao longo das gerações, protegendo, assim, um patrimônio cultural e ambiental incalculável.

Para compreensão da importância do levantamento e estudo das práticas e saberes tradicionais das assentadas na produção, consumo e venda das ervas medicinais, é preciso compreender que entendemos como “saberes e práticas dos indivíduos passam pelo processo de sair de suas origens e chegar a um novo lugar, ocorre uma sensação de contínuo deslocamento, que pode ser chamada de desterritorialização dos processos simbólicos (GOMES, 2011, 2015).

Considera-se que esses saberes são e devem ser dinâmicos, para terem sentido para as novas gerações. E é por meio da valorização desse patrimônio, nos ambientes coletivos e de aprendizagem, que eles podem ser renovados e conservados (GOMES, 2011, 2015).

Assim, a cultura popular não pode ser entendida apenas como “expressão” da personalidade de um povo, justamente porque tal personalidade não existe como uma entidade, mas como um produto da integração das relações sociais; tampouco pode ser entendida como um conjunto de tradições ou essências, preservadas de modo puro (GOMES, 2011). Ao contrário, a cultura surge a partir das condições materiais de vida e,

nas classes populares, estão intimamente atreladas às manifestações, as crenças, as festas ligadas ao cotidiano e ao trabalho diário ao qual se entregam, a quase todo momento, se atrelam às relações da vida com a natureza. Nesta perspectiva, encontram-se também as práticas agrícolas dos produtores rurais. Em outras palavras, as culturas populares são resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, que realizam uma elaboração específica das suas condições de vida através de uma interação conflitiva com setores hegemônicos (CANCLINI, p.44, 1982).

De tal modo, Thompson (1998) destaca que os saberes que as populações tradicionais possuíam contemplavam e ainda contemplam um universo de técnicas, mitos, lendas, conhecimentos de ervas medicinais, curas e até o domínio da relação entre o cosmos e o cultivo da agricultura, que foi sendo substituído pelo conhecimento “oficial hegemônico”, que reduz o ato do cultivo a uma prática mecanizada, monocultural e simples para se adequar às máquinas, aos inseticidas e às tecnologias.

É ainda importante salientar que a patrimonialidade, materialidade/imaterialidade são definições modernas, mas tiveram sua origem nos séculos XVIII e XIX associadas à ideia de patrimônio cultural. A ideia inicial de patrimônio cultural estava imbricada às identidades sociais, ou melhor, primeiro, às políticas de Estado Nacional, que tinham a intenção de criar um espírito nacional e, em seguida, ao questionamento do quadro de defesa da diversidade, ou seja, àquilo que era representativo à nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios ou outras formas de expressão (PELLEGRINI; FUNARI, 2008; GOMES, 2011).

O movimento de valorização das culturas, iniciado com os aspectos materiais, passou, aos poucos, a se expandir para as manifestações intangíveis e de grupos sociais. O conceito de patrimônio, na atualidade, surge na década de 30, quando alguns estudiosos, preocupados com o crescimento desenfreado das áreas urbanas, deram-se conta da urgência de refletir sobre as mudanças que estavam acontecendo no mundo todo (PELLEGRINI; FUNARI, 2008; GOMES, 2011).

Atualmente, a UNESCO (2003, 2010) trabalha com a concepção de que proteger a memória através do meio físico é um consenso, mas, segundo essa instituição, não apenas de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo, assim como o patrimônio intangível passou a ser descrito como:

(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, 2003, p.1).

Para Pacheco (2006, p.41), esses bens imateriais resistem justamente porque “existe um sistema de educação informal, e em alguns casos presentes, tanto no currículo formal, quanto informal das escolas, uma cultura que resiste ao ciclo intergeracional da pobreza”. Para que essa tradição seja registrada por escrito, é necessário primeiro potencializar a rede de transmissão oral e seus atores, possibilitando um vínculo e reconhecimento entre as gerações e nos sistemas formais de ensino e aprendizagem.

No caso das populações assentadas, foco deste projeto, o processo de desenraizamento constante leva, ao mesmo tempo, a uma desconexão de suas práticas originárias da vida cotidiana com seu patrimônio imaterial, pelos inúmeros processos de acampamento, despejo e transferência para outros locais. No entanto, “ao iniciar uma trajetória de reconstituição de suas vidas, a partir do lote, em terras desconhecidas e, portanto, sem significação prática, simbólica ou afetiva, até então” (MARTINS, 2009, p. 24), reiniciam um processo de adaptação ao meio e aos recursos, fato que leva ao contato com a comunidade, ao reavivamento da memória e das práticas sustentáveis anteriormente utilizadas. Mesmo aqueles que vêm da cidade passam a adquirir, pelo contato com o outro ou pela sua própria experiência, relação com a terra. Desta forma, os saberes da memória ressignificam a cultura em patrimônio imaterial.

Assim, percebemos que a chegada à terra conquistada é parte de um processo cheio de rupturas e discontinuidades, e as convicções dos que chegam, seus conhecimentos e saberes, passam a ser replanejados e resgatados nesse novo ambiente. Nesse sentido, a percepção do espaço é fundamental, já que se estrutura à medida em que as terras conquistadas pelos assentados vão se constituindo como espaço do lote, quando, então, passa a ser estabelecida uma relação afetiva com o lugar. Nessa perspectiva, Martins (2009) e Gomes (2011) completam a ideia enfatizando que o espaço torna-se lugar no curso da vida, ou mundo vivido no cenário do cotidiano. E é justamente no:

cenário do cotidiano que as relações lúdicas e afetivas parecem e deixam-se realizar. O lugar constitui de fato, quando os assentados atribuem relações simbólicas e lembranças a ele. E os saberes podem ser captados a partir de atos de trocas que acontecem mediante a

composição do lugar do assentamento. Por esse motivo que o assentamento é privilegiado para o estudo dos saberes sustentáveis pois foram se reconstituindo a partir de um novo território, com uma carga de saberes, fazeres e técnicas que já eram carregados de história de diferentes partes do Brasil e que se encontraram neste ambiente num processo de hibridismo e resgate (GOMES, 2011, p.33).

Por tudo isso, podemos dizer que a memória, quando utilizada, torna-se saber prático, e, quando compartilhada, um saber coletivo. O avanço das práticas de usos de veneno e todos os químicos, difundidos pela lógica convencional de mercado, leva estes agricultores e agricultoras a um processo de esquecimento e perda do empoderamento de sua vida, de sua relação de simbiose com a natureza, ficando, desta forma, dependentes das grandes empresas agrícolas internacionais.

Por isso, existe a importância e necessidade de espaços, de instrumentos legais, institucionais, comunitários para resgate, manutenção, valorização dos saberes e práticas dos povos e mulheres que são fontes de conservação não só de ambientes naturais, mas também da própria vida. E foi justamente o que o projeto de ervas medicinais procurou propor às mulheres assentadas do Monte Alegre.

A questão patrimonial presente nesta proposta de pesquisa parte do princípio, como vimos, de uma dimensão de valorização que se estabelece nos saberes de mulheres assentadas (saberes estes que vêm sendo registrado e estudado desde 2004 por meio de estudos científicos estabelecidos pela pesquisadora junto a NUPEDOR/ NEEA) e na tentativa de salvaguarda, resgate e manutenção do patrimônio imaterial, biológico e genético, através do projeto de catalogação, inventário, análise química dos componentes fitobotânicos e no incentivo ao processamento de ervas medicinais para geração de trabalhos e renda.

Este patrimônio imaterial distingue-se em duas dimensões que valem ser destacadas, primeiro porque integra um saber intangível, e, segundo, porque pode ser considerada uma extensão do patrimônio material expresso por meio da conservação de espécies de plantas e práticas realizadas pelas mulheres que o exercitam.

Sob a análise do conhecimento da importância desta relação entre a biodiversidade e as práticas ligadas ao conhecimento especificamente das plantas medicinais, seus usos e práticas no grupo de lotes inventariados de mulheres foi possível a perspectiva de troca e desenvolvimento de rede de apoio para comercialização, plantio, escoamento, bem como de formação continuada.

METODOLOGIA

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa-ação na qual a metodologia se organizou em três momentos. O primeiro de maneira remota com o levantamento bibliográfico sobre as publicações legais da RENISUS e a metodologia bola de neve para levantamento dos lotes participantes da pesquisa. Nesta fase as próprias lideranças apontaram os nomes de produtores que produziam e/ou praticavam o uso de ervas medicinais. No segundo momento foram realizadas visitas técnicas para levantamento dos inventários por meio de resposta de questionário e observação de campo. Os lotes integrantes dos inventários apresentados nesta etapa da pesquisa foram selecionados através de parcerias com produtoras rurais e de experiências anteriores de capacitação, nas quais, as participantes interessadas na temática poderiam integrar-se no levantamento dos inventários. A partir deste momento, iniciou-se a etapa de elaboração de um diagnóstico do público alvo, relevante para o dimensionamento das atividades a serem propostas, contando com elementos como: interesse na adoção de práticas agroecológicas, conhecimentos, produção e usos de ervas medicinais. A partir da metodologia de Bola de Neve, as lideranças indicaram possíveis lotes que poderiam se enquadrar na pesquisa, com indicação, a princípio, de lotes com produção e perfil relacionado ao projeto nos assentamentos Monte Alegre, iniciando-se assim o trabalho de campo. A terceira etapa foi a realização de grupos focais, registro fotográfico, cadernos de campo e formulários com as mulheres interessadas em formar uma rede de apoio para processamento, geração de trabalho e renda dos produtos realizados por elas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível descrever que no processo de estudo, pesquisa-ação entre pesquisadores e mulheres assentadas, mais que um processo de levantamento de dados e formalização de documentos, houve efetivamente a construção de uma rede de apoio entre as mulheres que ultrapassou os interesses econômicos e produtivos, para aspectos psicossociais e afetivos. O diagnóstico dos lotes de plantas medicinais ofereceu o dimensionamento das atividades relacionadas ao interesse de adoção de práticas agroecológicas, no processo de produção das plantas e ervas que constituirão os produtos processados para venda. Além

disso, no processo de levantamento das informações de plantas e produtos produzidos pelas mulheres o principal resultado alcançado foi a própria formação da rede de mulheres. Esta rede também já apresenta resultados no processo de escoamento das mercadorias. Entre elas o destaque para uma festa Junina Drive-thru, nos quais as mulheres envolvidas na rede apresentaram seus produtos para venda. Além da festa, foi criada a cesta de produtos tradicionais juninos nos quais foram vendidas on-line em uma semana 30 cestas com os produtos feitos com a matéria- prima local. Abaixo é possível verificar a fotos da divulgação da festa:

Fotos da divulgação da festa Drive thru:

DRIVE THRU JULINO DO MONTE ALEGRE 10/7

Encomende seu kit!!!
(16)99753-2969

Bolos
Bolo de Mandioca com côco ou Milho

Doces
doce de mamão ou abóbora
doce de leite ou pé-de-moça
canjica

Salgados
Pão de Torresmo
Pão de Linguiça

Bebidas
Quentão, vinho quente ou chocolate quente
Suco de Milho

Cardápio do Arraiá Drive thru do Monte Alegre

Bolos típicos

Mandioca ou milho (unitário)	R\$3,00
Mandioca, milho ou mandioca (500g)	R\$6,00
Bolo de pó de papoas (500g)	R\$6,00
Bolo de abobrinha (500g)	R\$6,00

Doces juninos

Frigideiro de papoas (unidade)	R\$4,00
Frigideiro de milho verde (unidade)	R\$4,00
Doce de leite ou pé de moça (pedaço)	R\$4,00
Quajadinha fitness (unidade)	R\$4,00
Canjica (500g)	R\$6,00
Doce de abóbora ou mamão (500g)	R\$6,00

Caldos quentes

Caldo verde	R\$6,00
Caldo de mandioca com carne seca	R\$6,00
Caldo de Abóbora com cogumelos	R\$6,00

Bebidas

Quentão 500ml	R\$6,00
Vinho quente 500ml	R\$6,00
Chocolate quente 500ml	R\$6,00
Suco de Milho 500ml	R\$7,00

Pães caseiros

Pão de Linguiça (500g)	R\$7,00
Pão de torresmo (500g)	R\$7,00
Pão de abobrinha (500g)	R\$7,00
Pão de sarrapalha (500g)	R\$7,00

Acervo da autora

Ainda como resultados da formação da rede, foi definida um processo de formação continuado com cursos de aprimoramento da produção das plantas, da produção agrícola, dos bolos e doces ou ainda dos artesanatos. No que tange às plantas medicinais especificamente, passarão a ser vendida na feira de produtos orgânicos e artesanais do DAAE em Araraquara em embalagens com indicativos de chás revitalizantes, tranquilizantes, entre outras. Também, firmou-se uma parceria com um programador e web designer para desenvolvimento de uma plataforma de divulgação de produtos desenvolvidos por este grupo de mulheres, em que se tem o produto, a foto, valor, local e possibilidade de visita rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo processo de pesquisa-ação e formação da rede de apoio das mulheres foi possível identificar que os lotes das participantes há uma relação direta entre as práticas de cultivo das medicinais com a conservação do meio ambiente, do solo e baixa ou não utilização de agrotóxicos. A observação dos lotes e as práticas das assentadas podem servir para compreensão de como o uso de ervas medicinais podem estar associadas não apenas à saúde, mas às práticas de cultivo, à criação e sustentabilidade. Um universo de possibilidades, um campo a ser explorado e a ser incentivado pela sua diversidade e por garantir práticas mais sustentáveis, gerando demanda por estudos aprofundados na produção agrícola, na criação de pequenos animais e no estudo de cadeias curtas e formas de associação dos assentados para escoamento desses produtos com qualidade advindos de mulheres rurais. A observação dos lotes das mulheres da rede e as práticas podem servir para compreensão de como a produção das plantas medicinais e a busca pela comercialização podem gerar forma de associativismos e redes de apoio.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável* / Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plantas de Interesse ao SUS*. Brasília, 2013a. Disponível em: Acesso em: Jan de 2015.

BRASIL. *Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) no 10 de 09 de março de 2010*. Notificação de drogas vegetais. Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. *Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) no 26 de 13 de maio de 2014*. Registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

DAMIAN, G. A.; TESSER, C. D.; MORETTI-PIRES, R. O. Contribuições das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária. In: **Interface**, Botucatu, 17 (46), 2013.

FERRANTE, V. L. S. B. e WHITAKER, D. C. A. (org.). Retrato de Assentamentos. Cadernos de Pesquisa, número 11. NUPEDOR. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL-Unesp/Araraquara.2002.

_____ et al. Mulheres assentadas na região central do estado de São Paulo: apresentando dados de pesquisas. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 2012, João Pessoa. In: Anais..., 2012.

_____.Da invisibilidade ao protagonismo: relações de gênero nos assentamentos, nos projetos de desenvolvimento sustentável e nos territórios da cidadania. Relatório técnico-científico, CNPq, 2014.

GOMES, T. P. de S. *Saberes, Memórias e Tradição*: Estudo em Assentamentos de Reforma Agrária de Araraquara-SP. In: XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. Anais do XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011.

_____. *Redes de Associação e Sociabilidade nos assentamentos rurais de Araraquara- SP a partir da atualização de perfil*. In: Anais do Simpósio Reforma Agrária e Assentamentos Rurais — CD-ROM, Araraquara, junho, 2010.

_____. et al. GOMES, T. P. S.; FERRANTE, V. L. S. B. . Políticas públicas entre eficácias, equívocos e omissões: um retrato em duas regiões do Estado. *Retratos de Assentamentos*, v. 15, p. 157-186, 2012.

_____. *O multiculturalismo, movimentos sociais e educação do campo*. In: VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2015, Campinas. Anais VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2015.



LEFF, E. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis. Vozes, 2009.

MARTINS, V.S. *Lugar de Morada: a constituição do viver de famílias rurais no contexto de assentamento da Reforma Agrária*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TOLEDO, V. M. e BASSOLS, N.B. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TUAN, Y. F. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente*. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.